

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 13 DE ABRIL DE 2015.**

No dia treze de Abril de dois mil e quinze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Norberto dos Santos Rodrigues Moreira, José Manuel Moreira de Carvalho, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, Manuel Joaquim Correia de Almeida Junot da Silva, e Luís Filipe Cardoso Valente.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram dezoito horas, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião do executivo municipal, agradecendo aos Vereadores do PSD o facto de terem aceite a alteração de data da presente reunião.

Informou que recebeu da ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte a garantia da colocação de dois médicos no concelho que possibilitariam a criação da Unidade de Saúde Familiar. Disse que este facto consistiria numa melhoria substancial ao nível da saúde familiar no concelho, o que era uma boa noticia no âmbito daquilo que era uma das grandes dificuldades que havia ao nível da urgência médica.

Quanto ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, e com a entrada em vigor do Decreto - Lei que recentemente foi aprovado em Conselho de Ministros, disse que se pretende que já em Junho, dos dezanove sistemas multimunicipais existentes passem a existir cinco em todo o país. Disse que contrariamente ao que tem sido ventilado, de que tem de haver um equilíbrio dos tarifários entre o interior e o litoral, que

esta era uma ideia perigosa que iria penalizar os municípios da área do Vale do Sousa, porque corre-se o risco de se registar um aumento de cerca de 40% na factura da água.

Informou que o grupo “Águas de Portugal” está numa posição de rejeição deste plano, e que estava a ser trabalhada uma solução, sob o ponto de vista judicial, para tentarem impugnar o seu avanço.

Referiu que o executivo municipal deveria tomar uma posição de rejeição a nível político desta reestruturação.

Concluiu, dizendo que o que temia era que isto fosse o primeiro passo para a privatização do sector das águas em Portugal, tal como já tinha acontecido com o sector da energia.

Deu nota da publicação da lista de “Municípios da Baixa Densidade”, da qual Castelo de Paiva ficou de fora, de acordo com um conjunto de critérios que não eram aceitáveis e contra os quais votou aquando da sua aprovação na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Referiu que achava que era importante que os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal tomassem uma posição sobre aquelas duas matérias.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para felicitar a “Comissão de Festas de Santo António” e da “Nossa Senhora da Boa Viagem”, de Fornos, pela organização da “II Feira de Vinhos e Produtos Locais”, na qual teve a oportunidade de estar presente.

Informou que no passado dia 11 de Março, no CICL – Centro de Interpretação da Cultura Local, foi inaugurada uma exposição relativa a “Porcelanas da Vista Alegre”, e que estará aberta ao público até ao dia 10 de Maio.

Informou também que esteve presente no “Campo Municipal do Boavista” a testemunhar o excelente trabalho que está a ser realizado na área da

formação pelo “Sporting Clube Paivense”, tendo endereçado os parabéns à direcção do clube, atletas e pais.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para dizer não era oportuna a tomada de uma posição na presente reunião de Câmara sobre a questão dos “Municípios da Baixa Densidade” e sobre a “Reestruturação do Sector das Águas”, porque apesar de partilharem das preocupações do Sr. Presidente da Câmara, os Vereadores do PSD tinham a necessidade de estudar os documentos. Disse que se havia necessidade de discutir aquele assunto com brevidade, e uma vez que o Sr. Presidente da Câmara já tinha tido reuniões com a ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e como tal, já poderia ter dado conta daqueles contactos, achava que era um assunto que deveria vir à próxima reunião de Câmara para que tivessem tempo para analisar os documentos.

O Vereador Filipe Valente usou da palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se a obra de “Requalificação da Quinta do Pinheiro” vai avançar?

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que os Vereadores do PSD continuam à espera de alguns documentos relativos a requerimentos que efectuaram.

Requereu cópia do relatório elaborado pelos serviços relativo à “Feira de Nanterre”.

Disse que na obra de Entrada da Vila há ferros que estão ao alto, tendo alertado para o perigo dos mesmos.

Sobre a saúde, saudou a “Comissão de Paivenses de Apoio ao Doente Oncológico” criada pelo Sr. Adelino Nunes, tendo informado que esta comissão irá fazer duas sessões de esclarecimento no dia 18 de Abril: nos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva e na Casa do Povo da Raiva.

Congratulou-se com a colocação de dois médicos no concelho, tendo referido que o executivo deve continuar a insistir na questão do alargamento dos horários e na referenciação de doentes.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que já existia o relatório da participação do Município na “Feira de Nanterre”, o qual seria fornecido aos Vereadores do PSD.

Sobre a obra de “Requalificação da Quinta do Pinheiro”, disse que tinha de ser efectuado um novo procedimento para concluir os trabalhos que estão em falta, e que logo que tivesse condições para o fazer que iriam avançar.

Quanto à obra da entrada da Vila, respondeu que há questões que estão ainda por fechar, e que vão apresentar a obra aos Paivenses logo que esteja tudo concluído.

Em relação às tomadas de posição relativas aos “Municípios da Baixa Densidade” e sobre a “Reestruturação do Sector das Águas”, disse que compreendia os motivos apresentados pelo Vereador Norberto Moreira para que não fossem discutidas, tendo sugerido aos Vereadores do PSD que fizessem a análise dos documentos dentro de um prazo razoável, para posterior agendamento de uma reunião para a discussão dos mesmos antes do seu envio à Assembleia Municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 10 de Abril de 2015, cujo saldo totaliza a quantia de 1.760.808,82 euros.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO. APROVAÇÃO.

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, dos membros presentes naquela reunião, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4- OBRAS PARTICULARES.

4.1 – PROCESSO 233/2014. MARIA MARGARIDA MOREIRA DE SOUSA CARREIRA.

Presente a seguinte informação dos serviços: “Prevê o regulamento de liquidação e cobrança de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, no seu nº.3, da alínea a), do artigo 32º. Que, para efeitos de redução em 50% da taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas, devida no licenciamento de unidades industriais e comerciais, a Câmara Municipal, em deliberação fundamentada, reconheça de especial interesse para o desenvolvimento económico do Município aqueles empreendimentos. No presente caso a redução daquela taxa atinge a importância de 243,58 euros.”

Analísado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, considerar o investimento de interesse municipal e autorizar a redução em 50% das taxas pela realização das infra-estruturas urbanísticas.

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1 – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ASSUMPCÃO DE SOBRADO.

A exemplo de anos anteriores, irão realizar-se as tradicionais Festas Sanjoaninas na Vila de Sobrado, com o desfile de quatro marchas, mais propriamente, do Vale da Rua, de Gração, da Fonte e da Frutuária.

Como ajuda à sua realização, foi proposto a atribuição de subsídio, no montante de 11.000 euros, a distribuir equitativamente à organização de cada marcha.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para dizer que não entendia o porquê da atribuição do subsídio ao “Centro Social Sol Nascente”.

Perguntou porque é que não se incluiu no mapa anual de atribuição de subsídios?

Referiu que lhe parecia que estavam a discriminar as outras IPSS que igualmente realizavam as actividades objecto do pedido de apoio, e para as quais não lhes eram atribuídos subsídios.

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que a proposta poderia ter feito parte do pacote anual, mas que não tinha sido o caso.

O Vereador Filipe Valente usou da palavra para dizer que se nos vários sectores de actividade se estão a fazer cortes, porque é que as marchas também não o podem fazer?

Sobre o subsídio para o “Centro Social Sol Nascente”, disse que mais uma vez se trata de um subsídio avulso, e que no ano passado foi atribuído igual subsídio, de igual montante, àquela instituição. Referiu que todas as IPSS cumpriam rigorosamente a argumentação apresentada para a atribuição do subsídio, tendo perguntado porque é não ia atribuir às restantes?

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que em relação às marchas de S. João, o trabalho desenvolvido pelas entidades e pessoas envolvidas e a redução das participações privadas, justificavam o aumento do valor a atribuir, que está de acordo com o negociado com a entidade.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que os Vereadores do PSD não estavam a questionar o trabalho realizado na organização das marchas de S. João, mas que tinham de ser coerentes nas opções tomadas.

Sobre o subsídio para o “Centro Social Sol Nascente”, disse que era uma forma de discriminação positiva daquela entidade em relação a outras IPSS.

A Vereadora Vanessa Pereira proferiu, em nome dos Vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto:

“ – A nossa abstenção neste ponto prende-se com o facto de ser o segundo ano em que esta proposta de subsídio é apresentada sem justificação plausível para o efeito, e no nosso entender, corresponde também

a uma discriminação positiva para com esta IPSS em detrimento para com as outras IPSS do concelho”.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com a abstenção dos Vereadores do PSD, atribuir o subsídio de onze mil euros.

6.2 – JRCPOWER.

Como ajuda à participação no Campeonato Nacional de Motocross e Supercross Infantil, foi proposto a atribuição de subsídio, no valor de 250 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de duzentos e cinquenta euros.

6.3 – CENTRO SOCIAL SOL NASCENTE.

Para concretização do plano de actividades, nomeadamente ligadas ao desporto, cultura e formação, foi proposto a atribuição de subsídio, no valor de 750 euros.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para dizer que não entendia o porquê da atribuição do subsídio ao “Centro Social Sol Nascente”.

Perguntou porque é que não se incluiu no mapa anual de atribuição de subsídios?

Referiu que lhe parecia que estavam a discriminar as outras IPSS que igualmente realizavam as actividades objecto do pedido de apoio, e para as quais não lhes eram atribuídos subsídios.

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que a proposta poderia ter feito parte do pacote anual, mas que não tinha sido o caso.

O Vereador Filipe Valente usou da palavra para dizer que se nos vários sectores de actividade se estão a fazer cortes, porque é que as marchas também não o podem fazer?

Sobre o subsídio para o “Centro Social Sol Nascente”, disse que mais uma vez se trata de um subsídio avulso, e que no ano passado foi atribuído igual subsídio, de igual montante, àquela instituição. Referiu que todas as IPSS cumpriam rigorosamente a argumentação apresentada

para a atribuição do subsídio, tendo perguntado porque é não ia atribuir às restantes?

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que em relação às marchas de S. João, o trabalho desenvolvido pelas entidades e pessoas envolvidas e a redução das participações privadas, justificavam o aumento do valor a atribuir, que está de acordo com o negociado com a entidade.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que os Vereadores do PSD não estavam a questionar o trabalho realizado na organização das marchas de S. João, mas que tinham de ser coerentes nas opções tomadas.

Sobre o subsídio para o “Centro Social Sol Nascente”, disse que era uma forma de discriminação positiva daquela entidade em relação a outras IPSS.

A Vereadora Vanessa Pereira proferiu, em nome dos Vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto:

“ – A nossa abstenção neste ponto prende-se com o facto de ser o segundo ano em que esta proposta de subsídio é apresentada sem justificação plausível para o efeito, e no nosso entender, corresponde também a uma discriminação positiva para com esta IPSS em detrimento para com as outras IPSS do concelho”.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com a abstenção dos Vereadores do PSD, atribuir o subsídio de setecentos e cinquenta euros.

6.4 – GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE CASTELO DE PAIVA.

O Grupo Desportivo acima referido vai participar no Campeonato de Portugal de Corrida de Montanha, que se realiza em Porto Moniz, na Ilha da Madeira.

Como ajuda aos encargos inerentes aquela deslocação, foi proposto a atribuição de subsídio, no valor de 2.000 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio, no valor de dois mil euros.

7. – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014.

Para além da prestação de contas, faz parte o relatório do saneamento financeiro até 31 de Dezembro de 2014, que é um documento integrante da prestação de contas.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para fazer a apresentação dos documentos de prestação de contas em apreço.

Referiu que as GOP's – Grandes Opções do Plano tiveram uma execução de 2.075.000,00, em que a maior fatia se refere às funções sociais, num montante de cerca de 500.000,00.

Ao nível da eficiência energética e turismo, registou-se uma execução de cerca de 100.000,00, tendo as transferências para as Juntas de Freguesia totalizado o montante de 309.000,00.

Quanto à receita cobrada, esta fixou-se em cerca de 9.118.000,00, menos 16,2% em relação a 2013.

Em relação à despesa paga, esta fixou-se em cerca de 9.507.000,00, tendo transitado para 2015 o montante de 1.575.000,00 relativo a despesa por pagar.

Deu nota da redução de despesa corrente, nomeadamente, na área do pessoal, em 2,26%.

Quanto à despesa de capital, disse que as despesas resultantes do serviço da dívida, juros e outros encargos e passivos financeiros totalizaram o montante de 1.449.000,00.

Referiu que se registou uma redução da dívida total em cerca de 1.000.000,00 em relação a 2013, o que corresponde a um montante de dívida total de 11.894,909,00 no final de 2014, e a uma redução de cerca de 5.000.000,00 em relação a 2009, cujo montante de dívida se cifrava em cerca de 16.539.000,00.

Informou que o PMP - Prazo Médio de Pagamento no final de 2014 é de 54 dias, contrastando com os 515 dias que se verificavam em 31.12.2009.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para perguntar quem foi o autor do relatório e contas; quem dirige a Divisão Financeira, e desde quando é que é dirigida por alguém sem formação na área?

Em primeiro lugar, disse, viu que para o executivo em permanência a divisão financeira não é importante, porque não tem um responsável financeiro para a área há largos meses, mas que depois assistiam ao conhecido concurso de primos em que tinham dois técnicos de SIG – Sistemas de Informação Geográfica. Referiu que não punha em causa o esforço de quem fez o trabalho, mas que achava que não tinha a competência técnica adequada.

Quanto aos documentos, disse que as contas reflectiam o programa eleitoral do executivo em permanência, e como tal, não poderia estar de acordo com o seu conteúdo.

Em segundo lugar, disse que constatava que 2013 foi um ano de eleições.

Em terceiro lugar, referiu que o executivo em permanência “está-se nas tintas” para a contabilidade, porque continua a não existir a contabilidade de custos. Disse que estranhava que o Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro não chamasse à atenção de forma grave para a ausência desta contabilidade, principalmente, quando a Câmara Municipal faz muitos trabalhos por administração directa sem que sejam determinados os respectivos custos.

Em quarto lugar, disse que os Vereadores do PSD leram o Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que na pág. 17 traz uma informação importante que passou a ler: “Que em 18 de Dezembro de 2014, o FAM - Fundo de Assistência Municipal, notificou o Município dizendo que era obrigatória a elaboração de um novo Plano de Saneamento Financeiro, ou a adesão facultativa ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61, e seguintes, do Decreto-lei que veio regular os limites máximos de endividamento dos Municípios em função das suas receitas.”

Referiu que não entendia como é que isto foi notificado em 18 de Dezembro de 2014, e não lhes foi dado conhecimento, e que na altura da apresentação do orçamento, uma das bandeiras que o Sr. Presidente da Câmara defendeu como sendo um grande trabalho feito pelo executivo em permanência era o ter evitado que tivessem que aderir àquele fundo. Disse que em 2015 a Câmara Municipal entrará novamente em incumprimento se não for feita uma amortização extraordinária de dívida de 1.700.000,00.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara porque é que o nunca disse nada nem aos Vereadores, nem aos Paivenses em Geral; como é que ia resolver o problema; onde é que ia buscar 1.700.000,00 adicionais para amortizar a dívida e ficarem dentro dos objectivos definidos?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que presumia que o Vereador Norberto Moreira já sabia quem fez o relatório. Disse que é uma pessoa que tem feito um trabalho dedicado e competente dentro do que é possível, referindo que não apreciou o estilo adoptado pelo Vereador.

Referiu que em relação àquilo que herdaram, a situação é substancialmente melhor, mas que o problema financeiro não estava resolvido, porque o serviço da dívida constituía um esforço muito grande para a Câmara Municipal, sendo que, todos sabiam que este ano começavam a pagar o empréstimo que tinha de ser amortizado em cinco anos à Direcção-geral do Tesouro.

Sobre a comunicação do FAM - Fundo de Assistência Municipal, disse que a Câmara Municipal estava numa situação de adesão facultativa, não obrigatória, e que o executivo em permanência está a trabalhar de forma a cumprir com todas as metas. Referiu que uma dívida de quase 20.000.000,00 não é uma coisa simples de resolver, mas que é motivo de grande satisfação saber que estão a cumprir com os fornecedores e a pagar dívida.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que inicialmente, o Sr. Presidente da Câmara, a olhar para os papéis, disse que em 2009 a dívida era de 16.000.000,00, e quando discursou disse que

era de 20.000.000,00. Disse que não põe em questão a pessoa que está á frente da Divisão Financeira, mas achava que as pessoas deveriam ter competências técnicas.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para dizer que não era o profissionalismo da Dra. Teresa Espincho que estava em causa, mas sim a competência e responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara em contratar alguém que tivesse a competência adequada para liderar uma divisão com aquela importância.

Disse que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu em relação ao que é que vai fazer em relação ao FAM – Fundo de Assistência Municipal: contratar um novo Plano de Saneamento Financeiro ou adesão facultativa ao fundo?

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que convinha centrar a discussão nas contas, e que apesar de todas as questões que o Vereador Norberto Moreira tentou colocar relativas à pessoa que fez o trabalho, a questão que se impunha era a de saber se as contas estavam mal feitas? Disse que estas contas foram certificadas, e como tal, pressupõem-se que estejam bem-feitas.

Referiu que mais uma vez se verificou a redução de dívida de médio e longo prazo, apesar de em 2014 se ter iniciado a amortização (montante de cerca de 350.000,00) do empréstimo contraído junto da Direcção-Geral do Tesouro, e de no ano de 2015 estar prevista uma amortização de cerca de 750.000,00, e que isso é que eram boas contas.

Disse também que ano após ano tem existido uma redução efectiva nas transferências para a Câmara Municipal, que tendo como referência o ano de 2010 até à presente data, representava uma redução de mais de 2.800.000,00, o que significa que estavam a receber cada vez menos, e se tinham de pagar cada vez mais à banca, não dava para fazer “omeletas sem os ovos”, e que as contas são o que são.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para dizer que em relação ao facto de as contas serem certificadas, que também havia uma declaração da entidade certificadora a dizer que as informações

prestadas pela Câmara Municipal eram verdadeiras e correctas, e que se estivessem erradas o auditor era induzido em erro, ou seja, se estivessem erradas à parida, continuavam a estar, e não era o facto de serem certificadas que estavam correctas, o que as tornava correctas era que estivessem bem-feitas.

Perguntou, se em relação à dívida, algum dia a Câmara Municipal esteve em situação de incumprimento perante a Lei?

Disse que o que o executivo em permanência estava a fazer era o que tinha feito a vida toda, e que não lhe parecia que fosse nada de extraordinário, porque estava apenas cumprir com a sua responsabilidade.

Quanto ao PMP - Prazo Médio de Pagamento, referiu que tinha grandes dúvidas qual era o prazo correcto, porque nos próprios documentos havia valores diferentes para o mesmo método de cálculo.

Em relação à justificação do executivo em permanência para não investir, perguntou se as transferências do Estado aumentaram de 2012 para 2013, porque tinham aumentado o investimento nesse período.

Reiterou a questão que tinha colocado relativa ao FAM – Fundo de Assistência Municipal?

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para reiterar o bom trabalho desenvolvido pela Dra. Teresa Espincho, e que a área financeira estava a ser objecto do devido acompanhamento.

Disse que não aumentaram a dívida, pagaram aos fornecedores, e que se orgulha disso.

Referiu que não podia responder para já qual era a solução mais adequada para resolver o problema colocado pelo FAM – Fundo de Apoio Municipal, porque era importante delinear uma estratégia, e não a podiam assumir em definitivo enquanto não estivesse consolidada com princípio, meio e fim.

O Vereador Norberto Moreira usou novamente a palavra para dizer que depreendia que houvesse apoio externo com competências técnicas para acompanhar a área financeira, e que também percebia que

afinal havia alguma coisa a fazer pela dívida, e que brevemente iriam ter um novo PSF – Plano de Saneamento Financeiro.

Referiu que estranhava que o Sr. Presidente da Câmara dissesse que a Câmara Municipal não era obrigada a adoptar uma daquelas soluções, porque o relatório dizia que sim. Disse que gostava de saber se quem tinha feito o relatório não tinha competência suficiente, ou se era o Sr. Presidente da Câmara que não tinha a certeza se era obrigatório ou facultativo.

Concluiu, referindo que gostava que ficasse em acta se era ou não obrigação da Câmara Municipal, ou saber qual dos dois não sabia exactamente o que é que era para fazer, e que chegava à conclusão que o PSF – Plano de Saneamento Financeiro não serviu os interesses do Município, porque tinham de o rever seis anos depois.

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente a palavra para dizer que quando negociaram a taxa de juro em vigor no Plano de Saneamento Financeiro, que esta era mais elevada do que aquela que actualmente se pratica.

Disse que a resposta remetida ao FAM – Fundo de Assistência Municipal para a adesão facultativa àquele fundo foi negativa.

O Vereador Norberto Moreira interveio pela última vez para dizer que esperava que o próximo Plano de Saneamento Financeiro não sirva só para corrigir as asneiras passadas, mas também as asneiras do executivo em permanência, e que não tenha o pecado que denunciou na altura de voltarem a “empurrar com a barriga para a frente”, para depois de um acto eleitoral amortizarem a dívida. Disse que de 2009 a 2013 não se pagou dívida bancária, e que esperava que não voltassem a fazer isso, porque senão em vez de estarem preocupados com a economia social e com os pobrezinhos, afinal estavam preocupados com o lugar que ocupavam.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o Plano de Saneamento Financeiro era um instrumento como outro qualquer para resolver e reestruturar o passivo de uma Câmara Municipal, como existiam em

outros locais do País. Disse que iria fazer o possível para evitar custos para a vida das pessoas.

A Vereadora Vanessa Pereira usou novamente a palavra para dizer que os Vereadores do PSD já sabiam que vai haver novo Plano de Saneamento Financeiro, e que esperava que não fosse para “empurrar com a barriga para a frente”.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não tinha “empurrado com a barriga para a frente”, porque tinham amortizado 5.000.000,00 de dívida e cumprido com todos os fornecedores e empreiteiros.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio pela última vez para requerer uma cópia da comunicação do FAM – Fundo de Assistência Municipal de 18 de Dezembro de 2014.

Analizados os documentos, a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos a favor do Presidente, Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues e dos Vereadores, José Manuel Moreira de Carvalho e Manuel Joaquim Correia de Almeida Junot da Silva, e os votos contra dos Vereadores Norberto Moreira, Vanessa Pereira e Filipe Valente, aprovar os documentos de prestação de contas, bem como a proposta para aplicação do resultado líquido do exercício.

Tomaram conhecimento do relatório anual de execução do plano de saneamento financeiro.

Mais foi deliberado, remeter os documentos à Assembleia Municipal para apreciação e votação, e aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, bem como ao Tribunal de Contas para julgamento, nos termos da Lei.

8- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: 1ª. Alteração ao orçamento da despesa e da receita; 2ª. Alteração ao plano plurianual de investimento; 4ª. alteração ao plano de actividades municipal; 4ª. Alteração ao orçamento da

despesa e da receita; Condicionamento do trânsito automóvel, no Centro da Vila de Sobrado, no dia 5 de Abril; Condicionamento do trânsito automóvel, em S. Lourenço – Bairros, no dia 13 de Maio; Condicionamento do trânsito automóvel, no Centro da freguesia de Real, no dia 30 de Maio; Condicionamento de trânsito automóvel, entre o lugar da Praia do Castelo e a Igreja, no dia 31 de Maio; Condicionamento do trânsito automóvel, nos acessos à Igreja de Fornos, no dia 23 de Julho; Exposição – licenciamento de obra: R.141; Certidão: R.137, R.153, R.197, R.196, R.174, R.175, R.184, R.209; Projectos de arquitectura: R.688, R.716, R.99, R.189, R.172, R.58, R.143, R.152, R.736, R.191, R.18; Alvará: R.181, R.161, R.169, R.185, R.144; Autorização de utilização: R.160, R.170, R.187, R.203, R.201, R.202, R.132; Placas de alojamento local: R.163; Projecto de estabilidade: R.182; Prorrogação de prazo: R.206, R.151; Averbamento: R.781; Comunicação prévia: R.154, R.199; Suspensão de licenciamento: R.195; Projectos de especialidade: R.205, R.100; Publicidade na via pública: R.134; Muro de suporte e vedação: R.321; Arquivamento processo: R.149, R.207; Devolução de caução: R.146.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Sr. Manuel Vieira, residente da freguesia de S. Martinho, usou da palavra para agradecer o apoio concedido pela Câmara Municipal para a participação do Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva no “Campeonato Nacional de Montanha”, que se vai realizar na Região Autónoma da Madeira.

O Sr. Adelino Nunes usou da palavra para convidar todos os presentes a assistir a duas sessões de esclarecimentos organizadas pela “Comissão de Paivenses de Apoio ao Doente Oncológico”, a realizar no dia 18 de Abril: nos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva e na Casa do Povo da Raiva.

Referiu que era importante que a Câmara Municipal desenvolvesse iniciativas tendentes à promoção dos produtos do concelho.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para desejar o maior sucesso desportivo ao Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva no “Campeonato Nacional de Montanha”.

Sobre a promoção dos produtos do concelho, disse que o executivo em permanência não anda distraído, e que já fizeram trabalho importante nesta matéria, nomeadamente, com a realização mensal da Feira Agrícola. Disse que vão estar disponíveis fundos comunitários para serem aplicados ao nível da certificação de produtos, considerando que esta é uma área em que os produtores locais devem apostar.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas vinte horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, Vicente André Magalhães, a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

The block contains several handwritten signatures in black ink. The first signature is large and bold, corresponding to the President. Below it, there are several smaller, more fluid signatures, likely representing the council members. The signatures are written over horizontal lines that serve as a guide for the text.

RO. 13 Abril 2015.